

---

## Por Que Construí Brasília JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Como nasceu Brasília? A resposta é simples. Como todas as grandes iniciativas, surgiu quase de um nada. A idéia da interiorização da capital do país era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. Pregada por alguns idealistas, chegou, mesmo, a se converter em dispositivo constitucional. Coube a mim levar a efeito a tarefa. Não só promovi a mudança da capital, no período do meu governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira - moderna, urbanisticamente revolucionária - que é Brasília.

Tudo teve início na cidade de Jataí, em Goiás, em 4 de abril de 1955. No discurso que ali pronunciei, durante a minha campanha eleitoral para a Presidência da República, re-ferindo-me à agitação política que inquietava o Brasil e contra a qual só via um remédio eficaz - o respeito integral às leis -, declarei que, se eleito, cumpriria rigorosamente a Constituição. Foi nesse momento que uma voz forte se impôs, para me interpelar: "O senhor disse que, se eleito, ira cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende pôr em pratica o dispositivo da Carta Magna que determina a mudança da Capital Federal para o Planalto Central". Procurei identificar o interpelante. Era António Carvalho Soares, o Toniquinho, que estava junto ao palanque.

A pergunta era embaraçosa. Já possuía meu Programa de Metas e, em nenhuma parte dele, existia qualquer referência àquela questão. Respondi, contudo, como me cabia fazê-lo na ocasião: "Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova Capital e farei a mudança da sede do Governo".

A partir dali, e no desdobramento da jornada eleitoral, deixei-me empolgar pela idéia. Havia visto o Brasil de cima - de bordo de um avião - e pude sentir o problema em todas as suas complexas implicações. Dois terços do território nacional ainda estavam virgens da presença humana. Eram os "vazios demográficos" de que falavam os sociólogos.

O grande desafio da nossa História estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral, povoar-se o Planalto Central. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da capital seria o fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante.

A construção da nova Capital seria a Meta Síntese do Plano de Metas de meu Governo. Fixei-me na idéia. E, como resultado, aos 30 itens que integravam meu Plano de Metas acrescentei o da construção da nova Capital -ao qual denominaria, depois, a Meta-Síntese.

Quando assumi o Governo, o Brasil acabava de viver uma das fases mais tempestuosas de sua história. Não deixei de herdar grande parte do ressentimento que conturbava o ambiente político. Em face disso, era grande e aguerrida a bancada oposicionista no Congresso. Uma lei que determinasse a mudança imediata da Capital certamente iria dar causa a profundas divergências e acirraria contra mim, logo no início do meu mandato, o ódio dos oposicionistas mais intransigentes. A situação requeria cautela. Chamei o juriconsulto

Santiago Dantas e lhe pedi que elaborasse a mensagem e o respectivo projeto de lei. Expliquei-lhe, porém, o que desejava: uma lei que, uma vez aprovada, fosse um diploma legal completo, capaz de cobrir todas as fases da execução da transferência sem que me visse obrigado a recorrer, de novo, ao Congresso. O trabalho que Santiago Dantas me apresentou era perfeito. Nele, tudo havia sido previsto. Acusava apenas uma lacuna: a data da transferência. A Constituição estabelecia, nas suas Disposições Transitórias, que essa data seria fixada pelo Congresso.

Resolvi, então, transferir o patrocínio da iniciativa para o Governo de Goiás - o Estado mais estreitamente vinculado à causa. Falei a respeito com o Governador José Ludovico, que aceitou com entusiasmo a sugestão. Não só aluaria junto aos representantes do Estado no sentido de se criar um ambiente favorável à idéia, mas também promoveria a realização de uma cerimônia em Goiânia, que acentuaria ainda mais o caráter regionalista da iniciativa. Tratava-se de um "ato público" a ter lugar na principal praça da Capital do Estado, durante o qual eu assinaria, na presença do povo, a mensagem que seria enviada ao Congresso. Tudo combinado, anunciei a data da cerimônia: 18 de abril de 1956.

Na época, o único avião de que dispunha a Presidência era um DC-3, que levava dois dias do Rio a Belém. Foi nesse avião que fizemos a viagem. Sobrevoamos Goiânia ainda muito cedo e, mesmo assim, pudemos constatar que a cidade estava engalanada, com milhares de pessoas nas ruas. Preparamo-nos, então, para a descida, quando ocorreu um fenômeno curioso. Uma nuvem branca e densa, como imenso floco de algodão, estacionou exatamente em cima da pista, impedindo a aterrissagem. Após várias tentativas de pouso, decidimos seguir para Anápolis, a meia hora de vôo. Ali descemos.

Encontramos o aeroporto deserto. Deixando o aparelho, atravessamos o edifício da administração e entramos num pequeno café. Pedimos "mídia com pão e manteiga". Surgi-ram, pouco depois, quatro ou cinco pessoas, atraídas certamente pelo ruído dos motores. Olharam-nos com surpresa e foram em buscado prefeito e do chefe político local. Quando estes chegaram, expliquei-lhes o motivo da visita e esclareci que, não podendo perder tempo - estava de viagem marcada para Manaus -, resolvera realizar ali a cerimônia da assinatura da mensagem ao Congresso.

A idéia de uma nova Capital era velha de 166 anos. Nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira há numerosos depoimentos revelando que a interiorização da Capital constituía uma das preocupações dos conjurados de 1789. A sugestão que faziam era, porém, de caráter modesto: a transferência, do Rio de Janeiro, para a cidade mineira de São João Del Rei. Há uma referência a essa idéia - e desta vez vinha do exterior - guardada nos arquivos do Foreign Office, em Londres. Trata-se de uma carta de Lord Strangford, embaixador inglês, a George Caning, primeiro-ministro do Reino Unido, datada de 24 de julho de 1808. Mais tarde, também, o almirante inglês Sidney Smith fazia idêntica sugestão ao então príncipe-regente, que seria o Rei D. João VI. Em 1813, Hipólito José da Costa, redator do Correio Braziliense, jornal editado em Londres, defendia a transferência da capital para o interior, "junto às cabeceiras do rio São Francisco".

Em 1821 - o Brasil achando-se às vésperas de se tornar independente - José Bonifácio doutrinava, nas suas Instruções do Governo Provisório de São Paulo aos Deputados às Cortes de Lisboa: "Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável". A sugestão, porém, embora avançada para a época, não caíra em terreno sáfaro.

José Bonifácio, em 1823, insistiu na mudança da Capital e sugeriu o nome Brasília. No dia 15 de junho de 1822, a Comissão de Deputados Brasileiros encarregada da redação dos artigos adicionais à Constituição Portuguesa, referentes ao Brasil, recomendava:

"O Congresso Brasileiro ajuntar-se-á na capital, onde ora reside o Regente do Reino do Brasil, enquanto se não funda no centro daquele uma nova capital".

Em 1823, José Bonifácio reafirmou a necessidade dessa providência, em sessão da Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, através de uma Memória, sugerindo para a nova Capital o nome de Brasília. Depois, de tempos a tempos, surgiam novos idealistas a favor da mudança: Francis-co Adolfo Varnhagem, futuro Visconde de Porto Seguro, o Senador Holanda Cavalcanti e o pintor Pedro Américo. No plano místico, fez-se ouvir, como uma advertência profética, o tão citado sonho de São João Bosco.

O santo homem, na Itália, era dado a visões, e a 30 de agosto de 1883 passou por uma experiência desse gênero. Tratava-se de um sonho-visão - e desta vez referente ao Brasil -relatado numa reunião do Capítulo-Geral de sua congregação alguns dias depois, ou seja, a 4 de setembro. Dom Bosco revelou que "fora arrebatado pelos anjos" e, durante a viagem, um dos guias celestiais disse-lhe de repente: "Olhai. Viajamos em direção das cordilheiras". O santo relatou, então, que viu "as selvas amazônicas, com seus rios intrincados e enormes". Visitou as malocas dos índios e assistiu ao sacrifício de dois missionários salesianos, abatidos a tacape pelos selvagens -fato que realmente ocorreria na Amazônia, em 1934, quando morreram, vítimas dos xavantes, os padres Pedro Sacillotti e João Fuchs. Mas não era tudo. O santo prosseguiu: "Entre os paralelos 15° e 20°, havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago". Então, uma voz lhe disse repetidamente: "Quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes aparecerá aqui a Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível. E essas coisas acontecerão na terceira geração".

Quando li essas palavras nas suas Memórias Biográficas, não deixei de me emocionar. Meditei sobre a grande civilização que iria surgir entre os paralelos 15° e 20° -justamente a área em que estava construindo, naquele momento, Brasília. O lago da visão do santo já figurava no Plano-Piloto do urbanista Lúcio Costa. E a terra prometida, anunciada repetidamente, pela misteriosa voz, ainda não existia de fato, mas já se configurava através de um anseio coletivo, que passara a constituir uma aspiração nacional.

A mensagem e o respectivo projeto de lei, determinando a transferência da Capital, ha-viam sido assinados e encaminhados ao Congresso. Foram encaminhados, de acordo com o regimento interno, à Comissão de Justiça, para

apreciação e parecer. Nessa Comissão, um líder udenista pediu vista do processo e o engavetou. Isso aconteceu no mês de abril. Maio, junho, julho e agosto passaram sem que eu conseguisse obter a aprovação do projeto. Por diversas vezes, reuni a bancada de deputados de Goiás, Estado em que seria localizada a Capital, e lhes declarei que, se não obtivesse a aprovação até outubro, desistiria do projeto. Não iniciaria a construção da Capital para deixá-la, ao fim do Governo, inacabada.

Emival Caiado, deputado da UDN de Goiás, ficou encarregado de obter do seu colega a devolução do projeto para estudo e votação. Trabalhou com afinco e obteve êxito no seu intento. Deixando a Comissão de Justiça, a mensagem e o projeto de lei foram encaminhados ao plenário, onde tiveram uma tramitação mais ou menos rápida, sendo aprovados pela Câmara dos Deputados. Faltava a votação no Senado; mas ali o Governo dispunha de esmagadora maioria e, dessa forma, a aprovação não sofreu contestação.

A lei, que teve o número 2.874, foi sancionada por mim, numa quarta-feira, dia 19 de setembro de 1956. Era simples, mas redigida com a clareza e a concisão características do estilo de Santiago Dantas. Em seu artigo segundo, autorizava o Poder Executivo a tomar providências para acelerar a construção da nova cidade, inclusive, a de constituir uma nova sociedade que se denominaria Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, logo conhecida como Novacap. A sua diretoria, a ser nomeada por mim, dispunha de poderes amplos, assistindo-lhe o direito de tudo providenciar para a construção da nova Capital, sem qualquer nova audiência do Congresso. Assim, no dia 24 de setembro de 1956, fiz as respectivas nomeações: presidente Israel Pinheiro; diretores Ernesto Silva e Bernardo Saião. Faltava apenas a apresentação da lista tríplice dos nomes indicados pela oposição, no caso a UDN, que era o maior partido político que a integrava.

Os três nomes indicados pela UDN foram os seguintes: Café Filho, Jales Machado e Iris Meinberg. Em face dessas indicações, agitaram-se os círculos políticos. Café Filho não poderia obter minha aprovação, pois tentara impedir a minha posse. O Deputado Jales Machado, da UDN, de Goiás, era inimigo pessoal do Governador José Eudovico. Em face das impugnações, escolhi o Deputado Iris Meinberg.

Na época - junho de 1956 - a lei da transferência da Capital ainda estava em tramitação no Congresso e, no entanto, antecipando-me ao que pudessem resolver os parlamentares, já tinha dado ordem ao presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal para estudar, com representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil, os pontos principais do edital, para a realização daquele concurso.

O edital foi publicado no Diário Oficial da União, e reproduzido, em seguida, pelos principais jornais do país, no dia 30 de setembro de 1956, apenas 11 dias, portanto, após a aprovação da lei da transferência pelo Congresso.

O que ocorreu com a publicação do edital poderá parecer uma demonstração de pressa desusada. Mas não era bem pressa. Tratava-se de um estilo de governo. Nunca deixei para amanhã o que pudesse resolver na hora. Aliás, não poderia ser mais clara e objetiva a mensagem que enviei ao Congresso, no dia 15 de março,

por ocasião da instalação da segunda sessão legislativa da Terceira Legislatura, ao definir os propósitos do governo. "A obra que tenho de cumprir é cheia de dificuldades e asperezas, bem o sei. Mas o Brasil exige que ela seja atacada com decisão. É necessário fazer a opção definitiva entre a marcha no rumo da expansão, que situará o país, por maiores que sejam os sacrifícios do momento, entre as grandes nações, e a permanência na posição frustrada de não ter sido capaz de conquistar o estágio de progresso a que o destinaram suas imensas possibilidades naturais".

A Lei 2.874, que autorizara a transferência da Capital, dava-me liberdade para agir, ficando excluído do seu texto apenas a data em que se daria a mudança, sobre o que o Congresso deliberaria oportunamente. O nome de Brasília constou de uma emenda do Deputado Pereira da Silva, do Amazonas, o qual, recordando a sugestão de José Bonifácio, de 1823, propusera essa designação.

Brasília não iria se situar em local "imediato às cabeceiras dos grandes rios", mas bem no coração do Planalto Central, o qual, por sua vez, é o coração do Brasil. Era essa região que eu iria visitar pela primeira vez, embora já houvesse sobrevoado o Planalto. A viagem foi marcada para o dia 2 de outubro de 1956 - cerca de duas semanas após a sanção da lei que autorizava a mudança da Capital. Mudança deveria significar a existência de uma cidade -palácios, edifícios ministeriais, residências pa-ra a população, sedes do Poder Legislativo e do Judiciário, energia elétrica, água, ruas asfaltadas, rede de estradas, enfim, todo o complexo de utilidades que compõe e faz funcionar um grande centro urbano. De tudo isso, só existia mesmo naquela região a planura do deserto e, comunicando certa vida à paisagem de desolação, o cerrado - um mar de árvores raquíticas, retorcidas e quase órfãs de folhas - que era o lado oposto, em feição agreste, do céu, que é um dos mais belos do mundo.

Na época, o acesso ao local obedecia ao seguinte roteiro: ia-se de avião a Goiânia; dali, em teco-teco, a Planaltina; e, por fim, em jipe, por trilhas abertas no cerrado, até o sítio onde seria Brasília. Nada existia na região, a não ser umas poucas barracas dos integrantes da Co-missão de Planejamento e de Mudança. Viam-se ali, também, as ruínas do acampamento construído por Luís Gruls, chefe da primitiva Comissão Exploradora do Planalto Central, situadas à beira de um curso d'água denomina-do, por isso, córrego do Acampamento.

Na ocasião, a Presidência da República não dispunha de qualquer helicóptero, e a viagem teria de ser feita no velho DC-3, veterano das minhas arriscadas aventuras pelos céus do Brasil. Contudo, ao invés de seguir para Goiânia, como era bem mais seguro, decidi rumar diretamente para o local do futuro Distrito Federal e pousar num campo improvisado, construído em dois meses, por Bernardo Saião - vice-governador de Goiás e, então, nomeado por mim um dos diretores da Novacap. Era uma pista que não passava de uma fita de terra, desbastada no cerrado, precariamente nivelada e cheia de buracos. Um cartaz ali havia sido fixado, com um enorme e pretensioso letreiro: "Aeroporto Vera Cruz". Às 7h45min do dia 2 de outubro deixei o Aeroporto Santos Dumont, no Rio, rumando pa-ra o local onde construiria Brasília. Acompanharam-me, nessa viagem, o General Teixeira Lott, ministro da Guerra, o General Nelson de Melo, chefe da minha Casa Militar, o governa-dor da Bahia, António Balbino, Israel

Pinheiro, presidente da Novacap, Régis Bittencourt, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Oscar Niemeyer, alguns militares e diversos técnicos, integrantes do Conselho do Desenvolvimento - órgão por mim criado, responsável pelo planejamento e elaboração das metas do Governo.

Quando o avião sobrevoou o local da futura capital, concentrei-me em observar a região. Era um descampado infinito, com suaves ondulações no terreno, que não ultrapassavam a altura de 200 metros. Tudo era chato e amplo - a vastidão desconcertante do vazio. Lá estava o cruzeiro, de braços abertos, como que saudando os intrusos que chegavam pelo céu. Além do cruzeiro, via-se a fita de terra vermelha da pista de pouso.

O Governador José Ludovico, Bernardo Saião e outras autoridades de Goiás esperavam-me sob um toldo de lona. As cerimônias que ali se realizaram foram tocantes pela simplicidade de que se revestiam. Em tosca mesa de madeira, colocada num galpão, assinei o primeiro ato oficial no local da futura capital: a nomeação de Mário Meneghetti pa-ra o cargo de ministro da Agricultura.

De todos os presentes, o General Teixeira Lott era o que se mostrava mais cauteloso. "O senhor vai mesmo construir Brasília, Presidente?", perguntou. Não pude conter um sorriso. Colaborando comigo há pouco tempo, o general ignorava as reservas de determinação de que sou dotado. Respondi de forma a dissipar, no seu espírito, qualquer resquício de dúvida: "Não só vou construí-la, general, mas irei transmitir a faixa presidencial ao meu sucessor com o Governo já instalado aqui".

Visitei, em seguida, o local onde se erguia o cruzeiro, o qual, sendo o ponto mais elevado da região, permitia uma visão de conjunto do cenário que emolduraria a futura capital. A vista era maravilhosa. Oscar Niemeyer se encontrava ao meu lado, examinando mapas, assinalando os acidentes topográficos e to-mando conhecimento das distâncias. Até então não tínhamos qualquer idéia de como se-ria a cidade. No dia 19 de setembro - quase duas semanas antes - havia sido publicado o edital do concurso para o Plano-Piloto, elaborado pelo próprio Niemeyer e pêlos arquitetos Raul Pena Firme e Roberto Lacombe, professores de Urbanismo da Universidade do Brasil. Dessa forma, nada poderíamos saber sobre as características da futura capital.

Niemeyer deveria criar os projetos mais urgentes da construção da nova cidade. Após uma troca de idéias com Niemeyer, chegamos a uma conclusão. Iríamos demarcar, desde logo, uma área prioritária, que ser-iria de base às obras que viriam depois. Localizamos, então, o núcleo pioneiro na parte em que deveria erguer-se a residência presidencial. E essa área foi imediatamente demarcada, ficando Niemeyer incumbido de elaborar, com a maior urgência possível, os projetos do palácio, que seria a residência do Presidente da República, e de um hotel de turismo, para alojar, desde o início das obras, os que visitassem Brasília. Providenciou-se, igualmente, a construção do aeroporto definitivo, com uma pista concretada de 3.300 metros; melhoria das estradas para Anápolis e Goiânia; abertura de dezenas de estradas internas para comunicação dos diversos canteiros de obras; construção dos prédios provisórios para a administração da Novacap; e instalação de ola-rias e serrarias para as demandas iniciais.

Do cruzeiro segui para a Fazenda do Gama, onde se instalaria o núcleo pioneiro. Ao atravessar uma velha ponte sobre o ribeirão Vicente Pires, conversei com o engenheiro Saturnino de Brito sobre o problema do abastecimento de água à futura cidade. Falamos, então, do projeto, já em estudo, de construir uma barragem que represaria a água de vários rios, a fim de formar um lago artificial de 10 quilômetros quadrados. Lembrei-me da profecia de Dom Bosco: "Entre os paralelos 15 e 20 graus, havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde formava um lago".

Descobri, depois, que havia no local um aviãozinho monomotor que servira de condução ao governador de Goiás. Utilizei-o para sobrevoar o Planalto a baixa altitude, de forma a ter uma idéia dos sítios onde se ergueriam os primeiros edifícios programados. Vendo, do alto, a imensidão do Planalto, re-forcei minha convicção de que, ao promover a mudança da Capital, havia me colocado em face do mais perigoso desafio que um chefe de Estado poderia enfrentar.

Compreendi, então, a malícia de alguns deputados opositores que tinham votado pela transferência da Capital. Eles haviam dito, ao fazê-lo, que agiam daquela forma porque "Brasília seria o meu túmulo político".

Depois que o aviãozinho pousou, sentei-me num toco de árvore, à beira de um córrego. Estávamos na mata do Gama e ao lado dos olhos - d'água, dos quais jorrava, abundante e límpida, a água que abasteceria, pouco depois, o Catetinho.

Alguém trouxe-me um caderno, pomposamente denominado Livro de Ouro de Brasília, e me pediu que deixasse consignada na sua primeira página minha impressão da região. Escrevi: "Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino".

Sentado naquele toco de árvore, prossegui conversando sobre os problemas de Brasília. Estávamos em face de um desafio. Iria enfrentá-lo com determinação e audácia. Tive a impressão de que minhas palavras caíam no vazio. A descrença era geral. Teria de dissipar aquela atmosfera de pessimismo, e nada melhor para isso do que um choque. O choque veio em seguida: era o prazo para a conclusão das obras - 3 anos e 10 meses.

Brasília estava lançada. Era uma idéia em marcha. Para mim, nenhuma força seria cá-paz de detê-la.

Fonte: Revista Manchete- JK 100 anos - Vida e obra do grande estadista.